INSTABILIDADES (ANTI)DEMOCRÁTICAS

Lucas Antônio Nogueira Rodrigues[*] *& João Pedro Braga de Carvalho*[**]

Após dois anos do início da Pandemia do novo Coronavírus, tudo que se esperava para o ano de 2022 eram boas notícias. Previa-se um mínimo de normalidade, na medida em que a esperança se colocava na vida dos brasileiros e do resto do mundo. Porém, aquela promessa não se realizou. Alcançamos não aquilo que foi chamado de "novo normal", senão um desafio maior, cuja luta pelo básico, pelo que é mais primordial, se revelou difícil e penosa. Por isso, faz-se necessário criar novas bases sobre as quais será possível perceber diferentes caminhos possíveis.

Para tanto, frente aos diversos episódios, tanto na arena pública quanto na dimensão privada, de intolerância, ódio, desrespeito, crueldade e descrença diante das instituições democráticas, somados às crises políticas, econômicas e sociais, coube à Revista de Ciências do Estado propor um número destinado a retornar ao Político. Neste dossiê, a Equipe Editorial reivindicou uma reflexão sobre os valores e a própria formação da civilização ocidental, bem como acerca dos distintos projetos ideológicos que têm dialogado e enfrentado os conflitos inerentes à vida pública e à democracia.

Dentre as diversas perguntas que um momento tão incerto produz, questionou-se, sobretudo, sob quais paradigmas a sociedade democrática tem se sustentado, qual o impacto das disputas hegemônicas sobre a qualidade de vida e a dignidade da pessoa humana, além de como promover a radicalização da democracia, nas palavras da cientista política belga — que inspira esse número — Chantal Mouffe.

Nesse sentido, Mouffe, ao recuperar e atualizar a teoria do *amigo-inimigo*, retorna ao político para tratá-lo como uma arena de oposição entre projetos que almejam ser hegemônicos, numa sociedade cuja coexistência pacífica ou união é impossível: o objetivo de cada ideologia é a tomada do poder. Entretanto, esse embate não mais seria entre inimigos, senão entre adversários, que não almejam a destruição de seu opositor, mas a conquista vitoriosa de um espaço político.

O dossiê *Retorno ao Político: o embate entre paixão e razão na democracia* é uma reação a tudo aquilo que nos tem afastado de um Estado garantidor de direitos fundamentais.

[*] Editor-chefe da Revista de Ciências do Estado. Graduando em Ciências do Estado pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil.
[**] Editor-chefe adjunto da Revista de Ciências do Estado. Bacharel em Ciências do Estado e doutorando em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, Brasil.

Neste número, a REVICE publica 6 manuscritos que compõem o dossiê, 10 artigos de temática livre, 1 resenha crítica e 1 entrevista inédita com a Professora Katya Kozicki.

O trabalho de Luan Fernandes Machado, intitulado *Sobre a necessidade da moral na democracia*, abre o dossiê com o debate sobre a necessidade da moralidade formal na democracia, a partir da associação entre as endemias da democracia liberal e o modelo agregativo de democracia, além de também trabalhar com a teoria agonística, segundo a qual o modelo deliberativo conduz ao ressurgimento da extrema direita ao sufocar a categoria ontológica do político. Em seguida, em *Conflito e consenso: como pensar a democracia*, o Professor Dr. Mosè Cometta, atualmente em pós-doutorado na Accademia di Architettura de Mendrisio, explora interpretações presentes no debate sobre o Político e propõe uma compreensão original acerca dos desafios contemporâneos. Na sequência, Em *A luta pela Democracia o desenvolvimento dos modelos políticos francês e alemão e seus reflexos na União Europeia e no mundo*, o Professor Dr. Hugo Rezende Henriques, da Universidade Federal de Uberlândia, e o graduando em Relações Internacionais, Lucas Bruno Amaral Mendes, da Universidade Federal de Uberlândia, investigam os diferentes caminhos históricos e culturais percorridos pelos Estados de direito e demonstram a pluralidade de formas com que podemos responder a este chamado. Após isto, a Professora Titular Katya Kozicki da Pontifícia Universidade Católica do Paraná e da Universidade Federal do Paraná, juntamente à Marina Bonatto, Mestre em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, evidenciam, em *O papel do movimento feminista na radicalização da democracia*, a crise da democracia liberal na medida em que contextualizam as críticas feministas, as identidades políticas e a perspectiva da democracia radical, no sentido de potencializar o debate que pode indicar a base para uma identidade e luta feminista. A seguir, Em *A necrocidadania e a restrição legal no post mortem*, Isabella Lauermann desenvolve o conceito de necrocidadania, a partir de uma pesquisa teórico-especulativa, trabalhando desde os ritos funerários até as questões relacionadas com o âmbito jurídico, levando conceitos como cidadania e controle dos corpos para uma perspectiva *post mortem*. E fechando a seção dedicada ao dossiê, o artigo de André Luiz Pereira Spinieli, intitulado *Confronto, judicialização e burocracia: crítica do governo Bolsonaro ao presidencialismo de coalizão como estratégia política*, aborda as críticas e diferenças das correntes bolsonaristas para com o conceito de "presidencialismo de coalizão", cunhado inicialmente por Sérgio Abranches, contrapondo-o por meio de um "presidencialismo de confrontação", o texto, inclusive,

utiliza-se de diversas obras da ciência política para analisar o fenômeno do bolsonarismo nas esferas estaduais e federais.

Nos artigos de temática livre, o texto *Educação Superior no Brasil e desigualdades (1964 – 2019): entre construções e reformas*, de autoria de Ana Luíza Matos de Oliveira, realiza um panorama do marco legal e das políticas públicas adotadas no Brasil e como esses afetam as desigualdades de acesso à Educação Superior desde 1964, passando pela Reforma de 1968, a Constituição de 1988 e a Emenda Constitucional 95/2016, relacionando tais períodos e as políticas adotadas à história e à política econômica das épocas, além de desenvolver o raciocínio de que a sociedade brasileira tentou romper sua história de exclusão a partir da Constituição 1988, ampliando a participação social, os direitos e o financiamento para a questão social. Em seguida, o artigo *A natureza jurídica dos crimes de responsabilidade presidencial no direito brasileiro*, de Almir Megali Neto, é uma resposta aos pensamentos do professor da Universidade de São Paulo, Rafael Mafei Rabelo Queiroz, no que diz respeito à natureza do processo de Impeachment. Por sua vez, o autor refuta o pensamento de Mafei no sentido de entender o Impeachment como detentor de fundamentos exclusivamente políticos, deixando de lado os aspectos jurídicos normativos. Posteriormente, as graduandas em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Minas Gerais, Sofia Maria Carmo e Steffane Santos, investigam as raízes brasileiras para descrever sua identidade racial causada pela desigualdade social e suas mazelas no Brasil no trabalho intitulado *A categoria político cultural de amefricanidade como tensionamento afrodiásporico à identidade nacional brasileira*. Na sequência, o texto *A Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos e seu desmonte por parte do governo Bolsonaro*, da autora Júlia Melo Fonseca Ribeiro, apresenta as contribuições da CEMDP à efetivação do direito à memória e à verdade e demonstra o processo de interrupção dos mecanismos de justiça de transição brasileira. Já em *O colapso do existente e a volta ao sujeito como agente social: notas a partir de Richard Tarnas e Alain Touraine*, Cesar Augusto Veras, Fernando Campos Peixoto e o Professor Doutor Pedro Pereira Borges apresentam o panorama de mudanças e decomposição social marcado pelo fim da Idade Média, assim como revelam a decomposição do ser humano no contexto da Modernidade em crise. Buscam, então, saídas para a degradação da civilização Ocidental com um chamado à capacidade dos sujeitos sociais de gerar transformações. Na sequência, Gabriel de Souza e Lucas Alves Silva, no texto *Brasil 360°: da tentativa de um Estado Social ao desmantelo neoliberal*, analisam a história política brasileira do século XXI. Tendo como objeto os mandatos presidenciais

exercidos desde 2001, ilustram a crise ideológica vivida no país e no mundo a partir das constantes contradições vivenciadas pelos chefes do Executivo. A seguir, em *A miséria alemã frente ao liberalismo aburguesado de Os Livres de Berlim*, Edmundo Barboza Filho desenvolve uma pesquisa sobre as críticas à ideologia alemã, ao Liberalismo, à Miséria alemã e ao Marxismo. A partir do pensamento que o filósofo brasileiro José Chasin chamou de análise imanente, investiga-se aqui as críticas de Marx e de Engels, em *A Ideologia Alemã*, a forma aburguesada na qual o pensamento liberal toma contorno nas teorizações do grupo de intelectuais conhecido como Os Livres de Berlim. Ulteriormente, Gabriel Müller de Jesus Pinheiro Machado, em *A posição dos juristas na divisão do trabalho e suas ilusões em A Ideologia Alemã*, analisa a gênese e a expansão da divisão social do trabalho e sua conexão com o Direito, mediante interpretação da obra *A Ideologia Alemã*, de Karl Marx. Na sequência, de autoria de Julia Dias, o artigo intitulado *Antifeminist Rhetoric and Practice in Brazil* aborda a retórica e a prática antifeminista num contexto global e, mais especificamente, no cenário brasileiro, com foco no governo do atual presidente Jair Messias Bolsonaro. O texto ainda leva em consideração uma abordagem psicanalítica para o desenvolvimento do tema. Por fim, encerrando os artigos de temáticas livres, no texto *O que é liberdade acadêmica?*, Laura Gandra Laudares Fonseca contextualiza a noção de liberdade de expressão ao longo da história e apresenta diferentes interpretações desse conceito. Dessa maneira, explicita a necessidade de resguardarmos a liberdade acadêmica, no sentido do fortalecimento das instituições de ensino universitário.

Na seção de resenhas, no trabalho *Natureza humana e liberdade na Idade Média: notas a partir da tese Por que a essência não chegou ao conceito?, de Karine Salgado*, Gabriel Afonso Campos explora o tema antropológico da natureza humana, o tema ético da liberdade e o tema jusfilosófico da relação entre Igreja e Estado apresentados pela tese estudada para que melhor possamos revisitar a origem do conceito de dignidade humana e apreender o seu sentido real.

Por último, a Revista de Ciências do Estado publica a Entrevista *Retorno ao Político: crítica e fundamentos para uma democracia radical brasileira* com a Professora Titular Katya Kozicki que discute os estudos sobre o Político, perpassa o pensamento proposto por Chantal Mouffe e ainda aborda o contexto brasileiro e o cenário global, através das instituições políticas nacionais e a Constituição da República de 1988, contribuindo vastamente com parâmetros interpretativos e para uma análise crítica da democracia. E em nota de agradecimento especial à excelentíssima entrevistada, a Equipe Editorial da Revista

de Ciências do Estado também manifesta sua gratidão às autoras e aos autores que construíram esse número, aos avaliadores e às avaliadoras que aceitaram a parceria na construção desses trabalhos e a todos aqueles que direta ou indiretamente fizeram com que esse dossiê fosse possível. A luta pela democracia continua e a REVICE permanece preparada para encarar esse desafio.

(cc) BY-NC-SA Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional